

A Indústria de Defesa na Economia e Política Externa do Brasil Contemporâneo

Marcelo Carreiro da Silva^I

Resumo: Parte essencial da política de defesa nacional em suas diferentes versões, a indústria de defesa nacional vem sendo apresentada recorrente como uma plataforma não apenas de garantia da defesa, mas especialmente como um vetor de desenvolvimento econômico através do estabelecimento de um complexo industrial-militar capaz de sinergicamente, através de sua produção e desenvolvimento tecnológico, revigorar toda a produção industrial brasileira.

O artigo em tela analisa a aplicabilidade dessa política de Estado, vis-à-vis a dinâmica brasileira na América do Sul e revisitando a literatura crítica ao desenvolvimentismo baseado na indústria de defesa.

Palavras-Chave: Indústria de defesa; Economia brasileira; Política externa brasileira; Defesa.

The Defense Industry Concerning the Current Brazilian Economy and External Policy

Abstract: Essential part of the national defense policy, in their different versions, the national defense industry has been presented recurrently as basis not only to assure the national defense, but especially as a strategy for an economic development that could establish a military-industrial complex capable of synergically, by its production and technological development, invigorate the whole Brazilian industry.

This article analyses the applicability of this state policy, based on the Brazilian dynamic in South America and revisiting the works critical to a state development guided by a military industry.

Keywords: defense industry; Brazilian economy; Brazilian foreign policy; Defense.

Artigo recebido em 01/10/2015 e aprovado em 08/10/2015.

Primeiro documento oficial a estruturar o pensamento de defesa no Brasil em seu nível político mais amplo, a Política de Defesa Nacional (PDN) de 1996 foi um marco relevante no processo de reformulação das forças armadas brasileiras sob controle civil na década de 1990 – e do qual a criação, tardia, do Ministério da Defesa, seria seu resultado. A PDN identifica como uma das diretrizes da defesa brasileira, em seu item “r”,

Buscar um nível de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de capacidade de produção, de modo a minimizar a dependência externa do País quanto aos recursos de natureza estratégica de interesse para a sua defesa^{II}.

Seguindo a mesma tendência de associação entre a defesa nacional brasileira e o estabelecimento de uma indústria bélica, a segunda edição do documento volta a associar a indústria de defesa às diretrizes da estratégia brasileira de defesa nacional, tornando a necessidade de uma indústria de defesa ainda mais clara através de seu item 6.2:

O fortalecimento da capacitação do País no campo da defesa é essencial e deve ser obtido com o envolvimento permanente dos setores governamental, industrial e acadêmico, voltados à produção científica e tecnológica e para a inovação. O desenvolvimento da indústria de defesa, incluindo o domínio de tecnologias de uso dual, é fundamental para alcançar o abastecimento seguro e previsível de materiais e serviços de defesa^{III}.

Em vias de aprovação pelo Congresso Nacional, a terceira e mais recente edição da Política de Defesa Nacional intensifica ainda mais a relação entre a indústria de defesa brasileira e a defesa nacional, colocando como o objetivo IX da defesa “desenvolver a indústria nacional de defesa, orientada para a obtenção da autonomia em tecnologias indispensáveis”^{IV}.

É perceptível, portanto, a crescente relevância do estabelecimento de uma indústria de defesa como estratégia da defesa nacional – se na PDN de 1996 não há referência direta ao estabelecimento de uma indústria nacional de defesa, falando-se apenas na “capacidade de produção”, a PDN de 2002 já cita nominalmente a indústria de defesa quando coloca seu desenvolvimento como fundamental à defesa nacional. A mesma relevância é dada pela versão corrente da PDN em vias de aprovação, que volta a relacionar uma indústria nacional de defesa como peça fundamental da estratégia de defesa brasileira.

Consequência direta dos objetivos listados nas duas primeiras PDNs, em julho de 2005 é aprovada a Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID), que em sete curtos objetivos

estabelece como meta da base industrial de defesa brasileira a “conscientização da sociedade em geral quanto à necessidade de o País dispor de uma forte Base Industrial de Defesa” e “o aumento da competitividade da Base Industrial de Defesa brasileira para expandir exportações” – com isso, sugere não apenas que o tema depende essencialmente de propaganda frente à opinião pública, mas relaciona diretamente pela primeira vez aspectos comerciais (exportação) e a promoção da indústria bélica nacional^V.

O caráter fulcral para a defesa do estabelecimento de uma indústria brasileira de defesa devidamente capacitada não apenas tecnologicamente mas também de produção contínua, é reafirmada pela Estratégia Nacional de Defesa (END), de 2008, que prevê não apenas uma reestruturação na participação das empresas privadas da área com o Estado, mas vai além ao prever a possibilidade de uso da indústria de defesa como um elemento fundamental de consolidação do processo de integração regional, em especial no âmbito da UNASUL^{VI}.

Contudo, o caráter comercial da planejada indústria nacional de defesa aparece nesse momento como secundário – o setor teria como caráter principal seu papel estratégico na capacitação das forças armadas brasileiras. Isso fica claro quando a END, em seu detalhamento específico da remodelagem do setor, cogita a exportação – mas não sujeita o setor às vendas externas, colocando então seu papel principal no abastecimento estratégico das forças armadas nacionais:

O Estado ajudará a conquistar clientela estrangeira para a indústria nacional de material de defesa. Entretanto, a continuidade da produção deve ser organizada para não depender da conquista ou da continuidade de tal clientela^{VII}.

A END também prevê o emprego dual da tecnologia desenvolvida pela indústria de defesa, objetivando “(...) o estabelecimento de um complexo militar-universitário-empresarial capaz de atuar na fronteira de tecnologias que terão quase sempre utilidade dual, militar e civil”^{VIII}.

Assim como a PDN, a EDN se encontra em processo de revisão em 2012 – embora sua nova versão ainda esteja em tramitação, ela conserva as determinações anteriores, em especial a explicitação do caráter dual da indústria bélica e o estabelecimento de um complexo industrial-acadêmico-militar com o apoio do Estado, embora sem o uso específico da terminologia elaborada pela END de 2008:

Os setores governamental, industrial e acadêmico, voltados à produção científica e tecnológica e para a inovação, devem contribuir para assegurar que o atendimento às necessidades de produtos de defesa seja apoiado em tecnologias sob domínio nacional obtidas mediante estímulo e fomento dos setores industrial e acadêmico. A capacitação da indústria nacional de defesa, incluído o domínio de tecnologias de uso dual, é fundamental para alcançar o abastecimento de produtos de defesa ^{IX}.

Dessa forma, em todas as principais políticas que orientam o pensamento oficial da defesa nacional brasileira, o fomento à indústria nacional de defesa é visto como essencial para a defesa nacional, sendo inclusive um vetor de inovação tecnológica através do estabelecimento de tecnologias duais. Mais do que isso, a PNID e a END de 2008 apontam diretamente a indústria bélica como ligada às contas nacionais através da exportação.

A associação da produção de armamentos a efeitos como fomento da pesquisa e incremento das exportações são argumentos comumente levantados na tentativa de se justificar frente à opinião pública nacional o esforço estatal de fomento à indústria bélica nacional – em 2008, ano da primeira END e da criação do Conselho Sul-Americano de Defesa, o então ministro da Defesa Nelson Jobim publica artigo defendendo a nova política^X.

Com o aceno estatal de incentivo e proteção à iniciativa privada, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) logo vai à público defender o projeto – Rubens Barbosa, presidente de seu conselho de comércio exterior, escreve artigo defendendo o “potencial enorme” das medidas para o comércio externo para os mercados “interno, mas também ao sul-americano e de outras regiões também em desenvolvimento”. Barbosa relembra com franco pesar o passado da indústria bélica brasileira: “no fim dos anos 70 e início dos 80, o Brasil estava entre os principais fornecedores de material bélico do mundo” ^{XI}. Logo o próprio corpo técnico da FIESP, em estudo econômico, declara os incentivos tributários propostos em 2012 para a indústria de defesa como “não promovendo eficiência econômica” – sugerindo ainda mais incentivos capazes de fomentar o setor^{XII}.

No entanto, a nova política de incentivo à uma indústria bélica nacional rapidamente ganha críticas: Jânio de Freitas escreve artigo denunciando que

[...] o Brasil está em uma corrida armamentista por adesão estrita de Lula a um plano Mangabeira-Jobim, sem verificação alguma da opinião nacional, sem nem sequer uma consideração com o Congresso, ainda que só para guardar as aparências ^{XIII}.

O mesmo tom crítico é acompanhado na imprensa internacional – o periódico argentino La Nación relata a nova política como sendo uma compensação retórica ao Cadernos do Tempo Presente, n. 21, set./out. 2015, p. 31-45 | <http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo>

confronto com militares no estabelecimento da Comissão da Verdade e da preservação dos movimentos de resistência durante a ditadura militar brasileira^{XIV}. Por sua vez, o jornal espanhol “*El País*” destaca o uso da reorganização da indústria bélica brasileira como vetor para a integração regional sul-americana, especialmente no âmbito do Conselho Sul-Americano de Defesa da UNASUL^{XV}.

Contudo, logo o papel brasileiro como exportador de armas logo ganha outras dimensões na imprensa nacional – documentações recém-disponibilizadas pela Lei de Acesso à Informação^{XVI} e sua regulamentação^{XVII} mostram um quadro bem diverso da intenção oficial de associar ganho econômico, pesquisa científica e produção de armamentos – na verdade, o Brasil começa a ser associado como responsável pelo armamento de ditaduras ao redor do globo.

Inicialmente são descobertas minas terrestres de fabricação brasileira na Líbia pós-Gaddafi, identificadas pela principal organização de combate ao armamento – a *International Campaign to Ban Landmines*^{XVIII}. Embora o Brasil seja signatário do Tratado de Ottawa, que proíbe a produção, armazenamento, venda e uso de minas terrestres, a venda para o governo líbio teria ocorrido ainda na década de 1980, segundo a datação do modelo em questão (T-AB-1), produzido até 1989 pela então brasileira Britanite Indústria Química Ltda., hoje IBQ e ainda atuante na exportação de bombas. Embora a diplomacia tenha sido rápida em isolar o caso, os detalhes da venda – como a quantidade de minas comercializadas – nunca foram detalhadas^{XIX}.

O incidente logo gerou atenção pública à indústria de defesa brasileira – poucos meses depois da descoberta na Líbia, Daniel Mack publicava artigo detalhando não apenas o comércio bélico do Brasil com a Líbia de Gaddafi (US\$10 milhões durante a década de 1980, em minas e pistolas), mas denunciando o descontrole da exportação de armamentos brasileiros: US\$ 2 milhões em munições em 2003 ao Zimbábue do ditador Robert Mugabe; armas leves em 2009 ao Egito do ditador Hosni Mubarak; 50 mil armas de 2000 a 2008 para o Iêmen de Ali Saleh; bombas cluster para a Malásia em 2010 (já vedadas pela Convenção de Munição Cluster, de 2008 e do qual o Brasil não é signatário); 100 mísseis para o Paquistão em 2008; 1 milhão de armas leves para os EUA em 2009; 30 milhões de munições para o Reino Unido em 2009^{XX}.

Longe de defender o fim das exportações bélicas, Mack defende apenas o veto de armas brasileiras a regimes não democráticos e conclui que

Yes, nós temos indústria bélica, mas armas não são bananas. (...) Esses itens não entram na lógica do “quanto mais, melhor” do comércio internacional – já que são concebidos para gerar danos a seres humanos.

Surpreendentemente, a questão levantada por Mack da venda imoral de armas brasileiras a ditadores para uso contra sua própria população civil, logo ganha diversas manchetes: em janeiro de 2012, a descoberta de gás lacrimogêneo brasileiro usado contra manifestantes da Primavera Árabe no Bahrein. No início de julho, a descoberta de provas de que a ditadura brasileira abasteceu secretamente de armas o regime de Pinochet. E, ao final de julho, a descoberta da venda de bombas cluster ao Zimbábue.

No caso do gás lacrimogêneo usado contra manifestantes no Bahrein, fotos das cápsulas portando a bandeira brasileira causaram comoção – o colunista Jânio de Freitas publica artigo onde confessa que “a foto me causou um misto de vergonha, de indignação e nojo” e conclui que “na Primavera Árabe, o Brasil proporciona armas ao poder criminoso. É parte, portanto, do crime contra a Humanidade. (...) Orgulhe-se, quem for capaz”^{XXI}.

Imediatamente, como antes, o Itamaraty prometeu investigação e, mais uma vez, foi observada a falta de transparência nas exportações de armas, especialmente “no momento em que é política oficial do Brasil incentivar a indústria bélica nacional”, através da isenção de impostos e visando precisamente a exportação, já com aumento de 320% em armas leves e munições entre 2000 e 2011, saltando de US\$ 69,7 milhões para US\$ 293 milhões^{XXII}.

Mais grave ainda foram os documentos levantados pelo jornal “O Globo” em julho de 2012, que comprovam o fornecimento secreto de armas brasileiras – milhares de fuzis FAL e FAP, espingardas e munições – para a ditadura chilena em 1975, visando especificamente a sangrenta repressão interna levada à cabo pelo ditador Augusto Pinochet. Prova marcante da clandestinidade da operação é a recomendação expressa para que os emblemas oficiais constantes nas armas brasileiras fossem raspados, numa tentativa de ocultar sua origem. O repasse do armamento foi acompanhado da abertura de uma linha de crédito para o governo chileno adquirir ainda mais material bélico brasileiro.

Evidência mais clara da colaboração das ditaduras sul-americanas na repressão a seus movimentos de oposição – a Operação Condor – os documentos desmontam ainda a

propaganda do governo Geisel como “democrático”, sendo imediatamente motivo de atenção da Comissão da Verdade como uma das raras evidências documentais das ações da ditadura brasileira^{XXIII}.

As vendas brasileiras de material bélico acabam por atrair o jornalismo investigativo – e ao final de julho de 2012, é descoberta a venda de bombas de fragmentação (cluster) ao governo do Zimbábue, através do acesso a documentos então secretos do Ministério da Defesa através da Lei de Acesso a Informação solicitados pelo jornal “Folha de S.Paulo”. A venda de 426 bombas de fragmentação e 605 incendiárias ocorreu em 2001, quando o ditador Robert Mugabe já enfrentava acusações de ingerência no Congo, assim como de massacrar fazendeiros no interior do próprio Zimbábue. Talvez ainda mais relevante, a descoberta das vendas secretas recolocaria o Brasil no ranking dos exportadores de armas – de 46º, o Brasil passaria com a contabilização das novas vendas a ser o 10º maior exportador de material bélico do planeta, totalizando cerca de US\$ 287,4 milhões em 2001^{XXIV}.

Responsável pela organização do ranking, o Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) teve também sua metodologia contextualizada – analisando apenas o comércio de armas pesadas (cuja Embraer é a principal fabricante, com produtos como as aeronaves de ataque leve Tucano e Super Tucano), o SIPRI não levaria em conta a produção brasileira de armamentos leves e munições.^{XXV} Ou seja, a posição real do Brasil como exportador bélico seria consideravelmente maior – algo reconhecido pela imprensa como desastroso de ser descoberto precisamente quando o Estado busca incentivar a expansão da indústria bélica nacional^{XXVI}.

Contendo a sucessão de propaganda negativa, o setor de defesa retoma a primeira meta da PNID (“conscientização da sociedade em geral quanto à necessidade de o País dispor de uma forte Base Industrial de Defesa”) – a Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (Abimde) se pronuncia defendendo mais uma vez a relevância econômica do setor, composto de 170 empresas, 35 exportadoras, gerando cerca de 25 mil empregos e movimentando US\$ 2,7 bilhões, sendo US\$ 1 bilhão resultado direto de exportações^{XXVII}.

No mesmo sentido, ganhou destaque a afirmação de dois generais recentemente passados à reserva da incapacidade brasileira de dispor de até mesmo munição suficiente para resistir por mais de uma hora de combate. As afirmações, longe de serem pontuais, se apresentaram como parte de oportuna série de reportagens no portal de notícias G1 sobre “a

situação de militares e riscos ao país”^{xxviii}. Da mesma forma, artigos surgiram denunciando a premência – inclusive econômica – do estabelecimento de uma indústria de defesa: são exemplos significativos o longo texto laudatório de Mauro Santayana no “Jornal do Brasil”^{xxix} e entrevista do Subsecretário-geral da ONU que denuncia como problema o uso de equipamentos “que não foram renovados nos últimos 30 anos” pelas tropas brasileiras^{xxx}.

Mesmo projetos já definidos passam a ter sua justificativa econômica destacada, como no caso do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), que passa a propagandeado como gerando 13.500 empregos anuais, gerando R\$ 2,4 milhões para a economia em seus 10 anos de implantação, aquecendo ainda o mercado de serviços de uso dual em R\$ 1 bilhão por ano^{xxxi}. O modelo de validação do Sisfron obedece à mesma fórmula usada pela marina na propaganda de seu programa de submarinos (Prosub), cuja construção de seu estaleiro em Itaguaí (RJ) seria responsável por 11.500 empregos diretos e 33.500 indiretos^{xxxii}.

Da mesma forma, o total de investimento em reaparelhamento da defesa brasileira nos próximos 20 anos, de um total estimado de R\$ 124 bilhões, é alardeado como um investimento na indústria nacional – ou seja, economia e tecnologia novamente como justificativa para a indústria bélica nacional^{xxxiii}.

A retomada desse discurso, ditado inicialmente pelos documentos oficiais de política governamental e replicado na argumentação quotidiana de justificativa da indústria de defesa nacional é sintomático – em sua forma mais contundente, apresentado pela Agência Brasileira de Desenvolvimento industrial da seguinte forma:

A indústria de Produtos de Defesa é uma das mais importantes dentro da estrutura produtiva das economias avançadas e também das grandes economias emergentes (...). Essa importância é devida tanto ao seu caráter estratégico (...) como dos seus aspectos econômicos, que estão relacionados à geração de exportações, ao elevado valor adicionado e a empregos de alta qualificação. Desta maneira, a estruturação e o fortalecimento da BID passam a ser fundamentais para um país como o Brasil, que (...) está buscando uma inserção cada vez mais ativa no cenário político e econômico internacional^{xxxiv}.

A justificativa econômica do estabelecimento de uma indústria bélica teve intenso escrutínio em análises acadêmicas de economia. SaadetDeger e Sommath Sem, em obra seminal sobre o tema, apontam que gastos bélicos obedecem primariamente a demandas estratégicas de defesa – apenas em segundo lugar aparecem as justificativas de consequências

econômicas, na forma de criação de uma demanda efetiva por capital industrial ocioso e no estímulo ao progresso tecnológico^{xxxv}.

É a partir dessa justificativa de ocupação do potencial ocioso da indústria que William McNeil aponta até mesmo a criação do primeiro complexo militar-industrial, quando em 1884 os estaleiros ingleses privados foram atingidos por uma queda na demanda ditada por uma depressão econômica foram tomados por uma intensa campanha jornalística de incentivo à expansão da marinha britânica – e direcionada pelo governo como uma tentativa de revitalização econômica do setor, numa política amplamente aceita pela sociedade. Usando da velha metáfora, canhões passariam a gerar manteiga. Contudo, o decréscimo da produção industrial inglesa não foi alterado, nem a crise econômica evitada – além do processo resultar numa corrida armamentista que acabaria eclodindo a Primeira Guerra Mundial^{xxxvi}.

Deger e Sommath sustentam essa dicotomia essencial entre canhões e manteiga sugerida por McNeil ao questionarem até mesmo a existência de aplicações duais da indústria de defesa, ao poderem que “[...] o acréscimo em uma ameaça irá decrescer a utilidade marginal de um gasto civil (não ligado à defesa) e aumentar a utilidade marginal do gasto em segurança”^{xxxvii}.

Gavin Kennedy detalha essa dissociação entre a indústria militar e a civil, ao indicar que o complexo industrial-militar afeta apenas setores específicos da indústria, como a siderurgia, engenharia de motores e engenharia aeronaval. O impacto geral na economia nacional seria ainda menor vis-à-vis a relevância notavelmente decrescente da produção industrial na geração de riquezas em sociedades pós-industriais onde a maior parte do PIB tem origem no setor de serviços^{xxxviii}.

Confrontando a análise de Kennedy com a observação de dez casos nessas indústrias específicas, Deger e Sem demonstram que o esperado deslocamento para cima da curva de oferta resultante do progresso técnico da indústria bélica gerando menores custos de produção, não ocorre em absoluto – muito pelo contrário, em casos analisados a curva da oferta se deslocou para baixo, apesar do estabelecimento de indústrias de defesa que deveriam resultar nos ganhos econômicos citados^{xxxix}. Os autores concluem de forma clara suas análises de caso:

Com todos esses fatores alocados a favor de efeitos benéficos, descobrimos que os coeficientes são insignificantes e não muito diferentes de zero – em um caso, tendo

sido até mesmo negativos. Até no caso de maior sucesso aparente, o efeito econômico [da indústria bélica] é negligenciável^{XL}.

Mesmo a instrumentalização da indústria bélica como medida de fomento anticíclico da economia nacional é vista como insustentável, dado que imperativos de segurança (i.e. a ameaça de ataque por outro Estado) não estão associados a crises econômicas, mas dispõem de uma dinâmica política própria^{XLI}.

Walter e William Adams, por sua vez, usam da história econômica ao analisar a questão, comparando as companhias de comércio mercantilistas, condenadas já por Adam Smith, com as atuais empresas do setor bélico. Para demonstrar isso, usam investigações oficiais do senado estadunidense, que concluiu que as indústrias do setor incidem em enormes custos de operação, pobre qualidade de seus produtos e altíssimos índices de lucro – tudo sob a proteção governamental por se tratar de setor “estratégico”, inserido num fenômeno mais amplo de intervenção estatal na economia resultando na criação e reforço de imperfeições de mercado (conforme exemplificado pelo direito do Departamento de Defesa de manter operacional, apesar de prejuízos, qualquer empresa considerada “essencial para a defesa nacional”)^{XLII}.

A falha do Estado em usar de forma eficiente seu poder monopsônico frente à indústria de defesa é justificada pelos autores através da existência de um mercado oligopolista no setor, no qual o conluio entre os produtores – tácito ou declarado – impede que informações sobre custos e tecnologia sejam reveladas pelo preço de mercado, neutralizando assim o poder monopsista do Estado. Os autores apontam como evidência desse oligopólio que, como seria de se esperar, a ineficiência do setor é marcante – mesmo suas grandes empresas não conseguem entrar com sucesso em setores civis onde prevalece a livre concorrência^{XLIII}.

A única estratégia possível para o fim do oligopólio ineficaz, apontam os autores, seria a pulverização de contratos de defesa com diversas empresas, civis inclusas, fomentando a competição – e deixando de proteger poucas indústrias, nas quais a incompetência, a extravagância e a má gestão não são ameaças à sua existência, posto que sempre contam com o apoio estatal, em um processo que mina toda a estrutura do mercado^{XLIV}.

Os autores ainda condenam economicamente a nacionalização da indústria de defesa, como se analisassem diretamente do estabelecimento da estatal brasileira Amazônia Azul Tecnologia de Defesa S.A. (AMAZUL), criada para sustentar o programa nuclear da Marinha em seu produto principal – um submarino de propulsão nuclear em parceria com a França (programa Prosub)^{XLV}:

Ao substituir oligopólios por monopólio, se reduziria ainda mais o número de organizações lidando com problemas de projeto e produção, resultando em ao menos dois efeitos econômicos perversos: primeiro, a empresa nacionalizada seria ainda menos provável de que o presente oligopólio de descobrir a melhor solução, afetando assim a eficiência tecnológica; segundo, ela seria menos provável de usar a melhor solução achada, já que não sofreria pressões competitivas^{XLVI}.

Em uma análise ainda mais ampla, Michael Mann, dissocia conceitualmente defesa e economia ao considerar o militarismo contemporâneo – do qual o estabelecimento de um complexo industrial-militar é peça fundamental – como existindo em resposta a aspectos das relações internacionais nos quais a economia capitalista nada influi^{XLVII}. O militarismo seria, então, a função maior do Estado, com o capitalismo surgindo tão tarde nesse processo que não seria capaz de influir nessa esfera^{XLVIII}.

Conclusão

Repetidamente apontada como objetivo estratégico da defesa nacional, o estímulo ao desenvolvimento de um complexo militar-industrial de defesa apresenta-se como uma constante no discurso castrense brasileiro – não raro remetendo a um período pujante da indústria bélica nacional nas décadas de 1970-80.

Contudo, a implementação corrente das primeiras medidas práticas dessa política nacional esboçada desde 1996 com a primeira PDN foi acompanhada de contínuos escândalos envolvendo precisamente a exportação de armas brasileiras, o que denuncia não apenas uma indústria consideravelmente mais produtiva que o imaginado, mas também uma política externa omissa, capaz de exportar armas para ditaduras – inclusive armamento banidos por tratados internacionais.

Em notável falta de consulta à opinião pública nacional, a política de incentivo à indústria nacional de defesa teve sua campanha reforçada através de suas justificativas econômicas, de geradora de emprego e tecnologia. No entanto, análises econômicas contundentes desmontam frontalmente essa argumentação, apontando problemas estruturais

na associação de uma indústria voltada para a defesa e efeitos perceptíveis na economia nacional – que tem participação progressivamente decrescente da indústria como um todo.

O quadro que se apresenta como resultante do projeto atual de fomento à indústria de defesa nacional é o de uma política de Estado feita ao arrepio da análise econômica, sem qualquer consulta à opinião pública nacional, e resultando – graças à complacência da diplomacia brasileira – historicamente no emprego por ditadores contra sua própria população.

Em uma sociedade onde 53,8% da população não possui sequer coleta de esgoto^{XLIX}, não possui disputas de fronteiras e está inserida em processos de integração regional que objetivam o estabelecimento de uma Zona de Paz na América do Sul, a nova política industrial de defesa carece não apenas de justificativas econômicas – mas de sentido.

Notas

^I Doutor em História Comparada (PPGHC/UFRJ), Mestre em História Comparada (Programa Pró-Defesa em Relações Internacionais, Segurança e Defesa Nacionais-PPGHC/UFRJ), Bacharel em História (UFRJ) e tecnólogo em processamento de dados (PUC-Rio).

^{II}BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Política de Defesa Nacional**, 1996.

^{III}BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Política de Defesa Nacional**, 2005.

^{IV}BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Política de Defesa Nacional**, 2012.

^V BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA. **Portaria Normativa 899**, de 19 de julho de 2005.

^{VI} BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**, 2008. pág. 18.

^{VII} BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**, 2008. pág. 35.

^{VIII} BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**, 2008. pág. 37.

^{IX} BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**, 2012. Item 7.7.

^X JOBIM, Nelson. A Política de Defesa Nacional. **Interesse Nacional**, São Paulo, ano 1, n° 2, julho-setembro 2008.

^{XI} BARBOSA, Rubens. Uma Política Para a Indústria Bélica. **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 de julho de 2008. Opinião, p. 22.

^{XII} FIESP – DEPARTAMENTO DE COMPETITIVIDADE E TECNOLOGIA. **Relatório Técnico – Avaliação Econômica dos Incentivos Tributários do RETID (Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa)**. Maio de 2012. Disponível na Internet no endereço http://www.defesanet.com.br/docs1/DECOMTEC_FIESP-RETID.pdf, acessado em 5 de junho de 2015.

-
- ^{xiii} FREITAS, Janio de. O Compromisso Geral. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 27 de setembro de 2009, Brasil, p. A6.
- ^{xiv} ESNAL, Luis. Lula Lanzará um Ambicioso plan para fortalecer la defensa de Brasil. **La Nación**, Buenos Aires, 8 de setembro de 2007, Exterior, p. 2. Disponível na Internet no endereço <http://www.lanacion.com.ar/942065-lula-lanzara-un-ambicioso-plan-para-fortalecer-la-defensa-de-brasil>, acessado em 5 de junho de 2015.
- ^{xv} ARIAS, Juan. La Revolución de Brasil em la industria militar. **El País**, Madrid, 24 de março de 2009. Disponível na Internet no endereço http://www.elpais.com/articulo/internacional/revolucion/Brasil/industria/militar/elpepuintlat/20090323elpepuint_5/Tes, acessado em 5 de junho de 2015.
- ^{xvi} BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 12527**, de 18 de novembro de 2011.
- ^{xvii} BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 7724**, de 16 de maio de 2012.
- ^{xviii} ONTENEGRO, Carolina. ONG cobra Brasil por minas de Gaddafi. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 23 de junho de 2011, Mundo, p. A14.
- ^{xix} BRASIL vai averiguar a origem de minas instaladas na Líbia. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 24 de junho de 2011, Mundo, p. A9.
- ^{xx} MACK, Daniel. Armamos Ditadores. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 22 de setembro de 2011, Opinião, A3.
- ^{xxi} FREITAS, Jânio. Sentimentos Brasileiros. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 10 de janeiro de 2012, Poder, p. A6.
- ^{xxii} ANTUNES, Claudia. Itamaraty Investiga Arma no Bahrein. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 11 de janeiro de 2012, Mundo, A13.
- ^{xxiii} GAMA, Júnia. Cooperação Brasil-Chile Será Investigada. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 de julho de 2012, O País, p. 4.
- ^{xxiv} VALENTE, Rubens. Brasil Vendeu Bombas Condenadas a Ditador do Zimbábue. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 22 de julho de 2012, Mundo, A16.
- ^{xxv} NETO, Ricardo Bonalume. Brasil tem produção diversificada de armas, mas não exporta muito. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 29 de julho de 2012, Mundo, A22.
- ^{xxvi} ROQUE, Atila. SANTORO, Maurício. O Brasil e o Comércio de Armas. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 1º de agosto de 2012, Tendências/Debate, A3.
- ^{xxvii} NETO, Ricardo Bonalume. Brasil tem produção diversificada de armas, mas não exporta muito. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 29 de julho de 2012, Mundo, A22.
- ^{xxviii} STOCHERO, Tahiane. Sucateado, Exército não teria como responder a guerra, dizem generais. **G1**, São Paulo, 13 de agosto de 2012. Disponível na Internet no endereço <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/08/sucateado-exercito-nao-teria-como-responder-guerra-dizem-generais.html>, acessado em 5 de junho de 2015.

XXIX SANTAYANA, Mauro. O cerco à indústria brasileira de defesa. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 16 de agosto de 2012. Disponível na Internet no endereço <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2012/08/16/o-cerco-a-industria-brasileira-de-defesa-2/>, acessado em 5 de junho de 2015.

XXX STOCHERO, Tahiane. Gasto do Brasil com defesa é ‘tão baixo’, diz chefe de missões da ONU. **G1**, Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2012. Disponível na Internet no endereço <http://glo.bo/RNn3XD>, acessado em 5 de junho de 2015.

XXXI SISFRON beneficiará a indústria nacional. **Defesanet**, 26 de setembro de 2012. Disponível na Internet no endereço <http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/7884/Sisfron-beneficiara-a-industria-nacional>, acessado em 5 de junho de 2015.

XXXII FIESP – DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA DE DEFESA. PROSUB: importância, avanços e dúvidas. **Informe Comdefesa**, nº 3, 10 de agosto de 2011. Disponível na Internet no endereço <http://www.fiesp.com.br/pdf/informe%20comdefesa%20-%2010%20de%20agosto%20de%202011.pdf>, acessado em 5 de junho de 2015.

XXXIII GOMES, Thiago. Brasil investirá R\$ 124 bi para modernizar defesa. **Correio do Estado**, Campo Grande, 24 de setembro de 2012. Disponível na Internet no endereço http://www.correiodoestado.com.br/noticias/brasil-investira-r-124-bi-para-modernizar-defesa_161029/, acessado em 5 de junho de 2015.

XXXIV AGÊNCIA Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). **Diagnóstico – Base Industrial de Defesa Brasileira**. Março de 2011. Disponível na Internet no endereço <http://www.econeit.org/wp-content/uploads/2012/08/Base-Industrial-de-Defesa-Brasileira-Mar%C3%A7o-de-2011.pdf>, acessado em 5 de junho de 2015.

XXXV DEGER, Saadet. SEN, Sommath. Military Expenditure, Spin-Off and Economic Development. **Journal of Development Economics**, nº 13, 1983.pág. 75.

XXXVI MCNEILL, William. **The Pursuit of Power**. Chicago: The University of Chicago Press, 1982. Pág. 269.

XXXVII DEGER, Saadet. SEN, Sommath. Op. Cit. Pág. 73. Tradução livre.

XXXVIII KENNEDY, Gavin. **The Military in the Third World**. Londres: Duckworth, 1974. p. 297.

XXXIX DEGER, Saadet. SEN, Sommath. **Op. Cit.**Pág. 79

XL DEGER, Saadet. SEN, Sommath. **Op. Cit.**Pág. 80. Tradução livre.

XLI DEGER, Saadet. SEN, Sommath. **Op. Cit.**Pág. 76.

XLII ADAMS, Walter. ADAMS, William. The Military-Industrial Complex: A Market Structure Analysis. **The American Economic Review**, Vol. 62, nº 1, março de 1972. Pág. 280.

XLIII ADAMS, Walter. ADAMS, William. **Op. Cit.** Pág. 282.

XLIV ADAMS, Walter. ADAMS, William. **Op. Cit.** Pág. 284.

XLV BRASIL – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 12.706**, de 8 de agosto de 2012. Disponível na Internet no endereço http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12706.htm, acessado em 5 de junho de 2015.

^{XLVI} ADAMS, Walter. ADAMS, William. **Op. Cit.** Pág. 286. Tradução livre.

^{XLVII} MANN, Michael. **States, War and Capitalism.** Oxford: Blackwell, 1988. Pág.127-128.

^{XLVIII} MANN, Michael. **Op. Cit.** Pág. 130.

^{XLIX} BRASIL – MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2010.** Brasília: Ministério das Cidades, 2012. Pág. Ix.

Referências Bibliográficas

BOWMAN, Kirk. **Militarization, Democracy, and Development: The Perils of Praetorianism in Latin America.** Pensilvânia: Penn State University Press, 2004.

DEGER, Saadet. **Military Expenditure in Third World Countries: The Economic Effect.** Nova Iorque: Routledge, 1986.

DUNNE, Paul. BRAUER, Jurgén. **Arming the South: The Economics of Military Expenditure, Arms Production and Arms Trade in Developing Countries.** Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2002.

FRANKO-JONES, Patrice. **The Brazilian Defense Industry.** Boulder: Westview Press, 1991.

HUNTER, Wendy. **Eroding Military Influence in Brazil: Politicians Against Soldiers.** Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1997.

KENNEDY, Gavin. **The Military in the Third World.** Londres: Duckworth, 1974.

MANN, Michael. **States, War and Capitalism.** Oxford: Blackwell, 1988.